

Pode um “Estado de Desenvolvimento”
ser Construído em Moçambique?
Uma Nota de Pesquisa para uma
Abordagem de Economia Política

Carlos Nuno Castel-Branco

Conference Paper N°14

II Conferência IESE

**“Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica
em Moçambique”**

Pode um “Estado de Desenvolvimento” ser Construído em Moçambique? Uma Nota de Pesquisa para uma Abordagem de Economia Política

Carlos Nuno Castel-Branco
carlos.castel-branco@iese.ac.mz

II Conferência do
Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)
*“Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica
em Moçambique”*
Grupo Temático III: *“Estado, sociedade, governação local e desenvolvimento”*
Maputo, 22 e 23 de Abril

- Argumento
- Contexto
- Estado de desenvolvimento
- Crítica ao conceito “estado de desenvolvimento”
- E agora?
- Estado de desenvolvimento em Moçambique

Argumento

- Apesar de ser muito popular, o conceito de ED não parece ser muito rigoroso nem particularmente útil para compreender e construir um Estado mais proactivo e estratégico.
- Para investigar o processo de desenvolvimento e o papel do Estado nesse processo, é necessário rejeitar as “fundações teóricas” do conceito “Estado de desenvolvimento” (dicotomia entre Estado e mercado e a noção de autonomia do Estado em relação a interesses e pressões económicas, sociais e políticas em contextos históricos específicos), e compreender os sistemas específicos de acumulação que sempre se desenvolvem através da representação de interesses de classe através do Estado.

“Em breve, o papel do Estado no desenvolvimento, tal como a noção de desenvolvimento ela própria, tem que ser situado no contexto de classes, poder e conflito, cada um deles entendido em termos tanto económicos como políticos” (Ben Fine)

- Isto não elimina a questão de construção do Estado, só que redirecciona a discussão para a contextualização dessa construção para a análise dos processos reais de acumulação e de interacção entre o Estado, classes, poder e conflito. Foco da análise deixa de ser “o que deve ser?” e passa a ser “o que é e porquê?”

Contexto

- Necessidade de mudar os padrões de crescimento e modos de acumulação – pressão em Moçambique, nova literatura sobre desenvolvimento, (re)leitura das experiências dos Países com sucesso:
 - Diversificação da base produtiva, comercial (incluindo exportações) e tecnológica
 - Articulação das actividades económicas (produção, comércio, serviços, tecnologia, fianças, infra-estruturas...) para desenvolver a capacidade de substituição de importações e fazer crescer o mercado doméstico
 - Alargamento social e regional dos centros e acumulação e reprodução económica, gerando novas oportunidades e opções e ampliando significativamente o leque de beneficiários
- Literatura traz de volta o papel do Estado, mas continua “desconfortável” com a crítica neoclássica às falhas do governo (de economia política e de capacidade).
- (Re)emergência do conceito de Estado de desenvolvimento, não sujeito, ou menos sujeito, às críticas neoclássicas.

Estado de Desenvolvimento

- Nascido da leitura institucionalista da experiência e sucesso de alguns Países em processo de industrialização. Evidência aponta para o papel crucial do Estado (em oposição à leitura neoclássica do papel marginal do Estado apenas como auxiliar do mercado).
- Se o Estado é crucial, é importante generalizar a existência deste Estado que promove desenvolvimento em vez de se comportar como predador. Daí a necessidade de um *blueprint* sobre o Estado (em oposição ao *blueprint* sobre mercados da escola neoclássica).
- Definição de Estado de desenvolvimento: tecnocrático e autónomo, isto é, protegido contra a influência de grupos sociais, agindo apenas no mais alto interesse nacional mas sem nenhuma razão aparente para o fazer. Um tal Estado seria imune a influências perniciosas e, portanto, capaz de prosseguir políticas e estratégias óptimas para a sociedade como um todo.

Crítica ao conceito “Estado de Desenvolvimento”

- Antes de prosseguir, uma crítica ao conceito “Estado de Desenvolvimento” é necessária:
 - Tal como a abordagem neoclássica, também separa Estado e Mercado, apesar de o fazer para promover o papel do Estado (ao contrário da escola neoclássica, que promove o papel do mercado). A dinâmica histórica (social, política e económica) de formação e desenvolvimento do Estado e dos mercados, a natureza da relação entre Estado e mercado por vias mais ou menos formais, a operação do Estado por via do mercado, a influência de pressões e interesses sociais, económicos e políticos sobre o Estado e os mercados, são tantos outros aspectos não discutidos.
 - Tal como a abordagem neoclássica, abstrai de uma perspectiva histórica, social, económica e política. Quer dizer, o Estado de Desenvolvimento é Universal e as suas características, sendo normativas e prescritivas, podem ser aprendidas e aplicadas. O processo de como diferentes grupos, elites e interesses se organizam e articulam através do Estado é negligenciado, pois a teoria diz que este Estado é autónomo em relação a esses interesses.
 - Preocupação centrada no que “deve ser”, em vez de estar centrada no estudo e compreensão do que “é”. Análise redirecciona-se para comparar e sujeitar a realidade ao modelo prescritivo e normativo, em vez de aprender dessa mesma realidade. Em vez de uma construção social e histórica, o Estado passa a ser uma construção meramente teórica, normativa e prescritiva.

Crítica ao conceito “Estado de Desenvolvimento”

- Se o ED for definido em termos do sucesso na formação de uma forte burguesia capitalista, então o modelo tem dois problemas fatais:
 - ❖ Gera um grupo social que é capaz de terminar a autonomia do Estado e, desse modo, terminar com a sua natureza desenvolvimentista.
 - ❖ O conceito “interesse nacional” perde qualquer significado a não ser que se defina que os interesses da burguesia capitalista em emergência sejam imperativos (e, portanto, o cerne do interesse) nacional. Isto é, será necessário adoptar um interesse de grupo como interesse nacional, o que significa que o Estado e deixa de ser autónomos em relação a interesses de grupo e passa a impô-los a toda a sociedade.
 - ❖ Aliás, a experiência histórica mostra que qualquer definição de “interesse nacional” que vá para além de noções vagas e demasiado gerais requer a capacidade de um grupo (ou aliança de grupos sociais) se organizar e articular os seus interesses e exercer suficiente influência sobre o Estado e os mercados de modo a impor o seu interesse como interesse público mais geral. Em breve, com autonomia, o ED não pode identificar interesses nacionais. Para o fazer, tem que perder a autonomia.
- Se o ED for definido em termos do sucesso económico, então o conceito fica tautológico – a evidência para a existência do ED é o sucesso, que não pode acontecer sem ED. Logo, ED existe porque sucesso existe e sucesso é o produto de ED.
- Finalmente, ED é geralmente definido em relação com um certo percurso ou caminho de avanço económico e social. Para os LDCs, a tarefa é apanhar os outros, o que eles só pode acontecer se seguirem o mesmo percurso. Portanto, as pressões em torno do ED ficam viradas para copiar processos que os outros seguiram, independentemente da existência de diferentes opções e possibilidades.

Crítica ao conceito “Estado de Desenvolvimento”

- Apesar de ser muito popular, o conceito de ED não parece ser muito rigoroso nem particularmente útil para compreender e construir um Estado mais proactivo e estratégico.
- Para investigar o processo de desenvolvimento e o papel do Estado nesse processo, é necessário rejeitar as “fundações teóricas” do conceito “Estado de desenvolvimento” (dicotomia entre Estado e mercado e a noção de autonomia do Estado em relação a interesses e pressões económicas, sociais e políticas em contextos históricos específicos), e compreender os sistemas específicos de acumulação que sempre se desenvolvem através da representação de interesses de classe através do Estado.

“Em breve, o papel do Estado no desenvolvimento, tal como a noção de desenvolvimento ela própria, tem que ser situado no contexto de classes, poder e conflito, cada um deles entendido em termos tanto económicos como políticos” (Ben Fine)

E agora?

- Crítica anterior não elimina a necessidade de construção do Estado. O que faz é mudar as premissas:
 - Em vez do “deve ser”, a questão passa a ser “o que é e porquê?”;
 - Em vez de seguir um *blueprint* para construir um Estado tecnocrático e autónomo, a questão passa a ser a de entender questões tais como:
 - ❖ Qual é a relação entre classes e o Estado, e como é que essa relação evolui e sustenta um modo de acumulação?
 - ❖ Qual é a relação entre sistemas financeiros e industriais no processo de acumulação?
 - ❖ O que são e porque existem diferenças nacionais nos sistemas de acumulação?
 - ❖ Por que é que períodos de crescimento aparentemente milagrosos e sustentados são interrompidos por crises mais ou menos generalizadas e graves?
 - ❖ Qual é a relação entre sistemas económicos e políticos e como é esses sistemas e a sua relação podem ser abordados de uma forma genuinamente interdisciplinar?
 - ❖ Como é que a “nova ordem mundial”, caracterizada pela hegemonia dos USA (ou por uma versão enfraquecida ou mais suave dessa hegemonia) associada aos factores ligados com a globalização influenciam as opções, oportunidades e perspectivas de desenvolvimento?

Estado de Desenvolvimento em Moçambique

- Desafios do desenvolvimento:
 - Mudança do padrão de acumulação...
 - ...num contexto de crise...
 - ...dependência externa...
 - ...em que a base de acumulação capitalista nacional são rendas de recursos de que a indústria extractiva e a terra são os mais importantes...
 - ...e o estado é fragmentado...

Estado de Desenvolvimento em Moçambique

- Análise do Estado em Moçambique é muito limitada:
 - A preocupação com o que “deve ser” – análise do estado sem processos políticos, históricos, sociais e económicos e, claro, independentemente dos processos de acumulação de capital e reprodução do trabalho.
 - Enfoque no processo – eleições, transparência, etc., sem contextualização na substância
 - Obsessão com o debate sobre formalidade versus informalidade, independentemente da análise sobre como é que a produção, comércio, financiamento, distribuição, recrutamento, etc., ocorrem a vários níveis e vários estágios. Do mesmo modo como o estado do Estado é medido por variáveis como “descentralização”, o estado da economia é medido pelo grau de informalidade, sendo informalidade vista, predominantemente, como um desvio do “curso normal das coisas”
 - Intenções e resultados – análise linear de premeditação não tem nenhum realismo

Estado de Desenvolvimento em Moçambique

- Questão é como passar de um Estado que faz gestão da ajuda, facilita investimento estrangeiro e as ligações entre investidores estrangeiros e capitalistas nacionais, e organiza o desenvolvimento de oligarquias nacionais em torno de rendas de recursos naturais, para um Estado que seja capaz de desenvolver uma estratégia de transformação do padrão de acumulação e fazer avançar e implementar essa estratégia? E como fazê-lo num contexto mais democrático e inclusivo?
 - Receitas normativas e prescritivas sobre autonomia e tecnocratismo estão fora de questão;
 - Capacidades do Estado são, de todo o modo, limitadas tanto por factores de economia política, como por factores ligados ao desenvolvimento institucional
 - Movimento social é fraco...
 - Investigação sobre Estado e processos políticos é limitada e demasiado normativa

Estado de Desenvolvimento em Moçambique

- Dinâmicas de acumulação económica incluem o Estado, mas não se limitam ao Estado. Por exemplo, por que é que os projectos e abordagens do IV Plano do Fomento colonial foram recuperados pelo PPI e hoje são implementados sem estratégia nem plano explícitos?
- Frequentemente, o Estado em Moçambique é acusado de não ter estratégia coerente – isto é possível de argumentar quando “estratégia coerente” de forma é definida de forma prescritiva fora das dinâmicas reais de acumulação.
- Alternativamente, pode ser argumentado que a estratégia prosseguida pelo Estado não é de “desenvolvimento amplo do País” mas de formação da burguesia capitalista nacional. Posto desta maneira, a estratégia do Estado não tem que ser coerente do ponto de vista do “interesse nacional”, só precisa de ser coerente do ponto de vista de classe.

Estado de Desenvolvimento em Moçambique

- Crise pode ajudar: rupturas e descontinuidades no processo de acumulação. Como disse Albert Einstein, “medo e estupidez tem sido a base de uma boa parte da acção humana”. Como aproveitar a crise para fazer avançar mudanças, criando a energia política nacional em torno da ideia de diversificação, alargamento, articulação e sustentabilidade?
- A resposta ao problema nem a neoclássica (deixa os mercados em paz e esquece o Estado), nem a de “estado de desenvolvimento”. Nenhuma tem substância real.
- Necessidade de voltar às perguntas iniciais: (slide 9)



Av. Patrice Lumumba, 178 - Maputo
MOÇAMBIQUE

Tel. + 258 21 328894
Fax + 258 21 328895
www.iese.ac.mz